

Asociación Uruguaya de Historia Económica (AUDHE)

Terceras Jornadas de Historia Económica

Montevideo, 9 al 11 de julio de 2003

Simposio N° 18

Nombre del simposio: Mercados y mundos de trabajo urbanos

Coordinadores: Maria Magdalena Camou
Rodolfo Porrini

Título de la ponencia: Trabalho e disciplina : a constituição do trabalhador urbano em Curitiba 1880/ 1920.

Autor(es): Dra Maria Ignês Mancini De Boni

Adscripción institucional: Universidade Tuiuti Do Paraná

Correo electrónico: maria.boni@utp.br

TRABALHO E DISCIPLINA: a constituição do trabalhador urbano em Curitiba. 1880 / 1920.

Dra. Maria Ignês Mancini De Boni
UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

O trabalho é fonte de mérito e base de toda dignidade humana. O porvir será dos que trabalham. Todo ocioso é um escravo, parasita de algum hóspede. Só o trabalho dá a liberdade. Cada trabalhador é uma força social; aquelle que não trabalha é inimigo da sociedade.¹

No processo de formação da sociedade do trabalho que caracteriza o mundo ocidental a partir da idade moderna, ou da imposição do capitalismo, configura-se uma redefinição de ordem pública que resulta num novo paradigma de subordinação e disciplina. O trabalho emerge como princípio constitutivo da existência social, fonte de riqueza e criação, força moral e base de toda dignidade, possibilidade de prazer e satisfação, reino da liberdade. Participar desse mundo, estar nele inserido, garantiria a cidadania. A permanência no não trabalho – o ócio – era a própria condenação.

Em vista dessa positividade de valores, as elites capitalistas emergentes passam a evidenciar, através de discursos e práticas, sua preocupação com o que o cientificismo do século XIX denomina ‘patologias sociais’, voltando sua atenção fundamentalmente para os comportamentos das camadas populares pobres.

Considerados indisciplinados, preguiçosos e imorais, os homens pobres passam a ser alvo de olhares de médicos, pedagogos e sociólogos arvorados em sanar, ou pelo menos, indicar tratamento para o problema.

Encarando as patologias sociais, especialmente o crime, como sinal de desvio do comportamento, responsáveis pela desordem no corpo/organismo social, buscavam os cientistas o controle e a eliminação dos comportamentos desviantes. O desvio é identificado como algo essencialmente patológico e que revela, portanto a presença de uma doença implicando assim numa analogia, nada casual, com a medicina. Desviantes - transmissores da doença - eram identificados como mórbidos parasitas incorrendo num processo de desclassificação social.

¹ INGENIEROS, J. **As forças moraes**. Montevideu: [s.n.], 1928. p.38-39.

Conjuntamente com a medicina e a sociologia, outros discursos e práticas de disciplinarização seriam gestados ou se produziriam, sendo responsáveis pela criação e difusão de um padrão de normalidade: a psiquiatria, a criminologia, os aparelhos judiciário e policial. Assim, loucos, prostitutas, ébrios, jogadores, gatunos, menores, vadios e mendigos e outros desviantes, responsáveis pelos comportamentos e práticas anti-sociais, seriam transformados em objeto de saber. Foram também alvo de práticas de controle associados a espaços próprios de reclusão² que, se num primeiro momento, visavam excluir do convívio social os indivíduos que, voluntária ou involuntariamente, se negavam ao trabalho, tiveram por outro lado, como grande mote, a socialização: o homem pobre tornado civilizado e moralizado.

O Brasil insere-se neste contexto num momento em que sua sociedade, embora ainda marcada pela escravidão, se urbaniza dando início à formação de um mercado de trabalho livre que se funda nos fins do século XIX.

Neste cenário passamos a identificar no caso curitibano, durante o período de 1880 a 1920, a formação de um trabalhador urbano *ideal* através de práticas e estratégias de disciplinarização e controle exercidos tanto através de prisões correcionais e cruzadas moralizadoras, como nos ambientes de seqüestro e confinamento, através da vigilância, do controle do tempo e da educação para o trabalho. Essas práticas e estratégias disciplinadoras foram recuperadas e analisadas a partir de sua ampla descrição nos Relatórios Policiais e na Imprensa da época. Privilegiamos neste texto as ações concernentes ao combate à vadiagem, mendicância, embriagues, desordem e jogo, que representavam o inverso/avesso da ordem que se buscava implantar.

* * *

Guardadas as especificidades, de caráter demográfico e econômico principalmente, Curitiba convive com os mesmos problemas que outras cidades brasileiras enfrentam nesse momento: redefinição da ordem social, imposta pela transição para o regime republicano e tudo o que isso implica, um sistema político ancorado numa economia organizada no trabalho livre e assalariado. A peculiaridade aqui é que o mercado de trabalho livre é constituído basicamente por imigrantes, vindos não para substituir mão de obra escrava, mas para

² FOULCAUT, M. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1989. Especialmente capítulos 2 – ‘A grande internação’ e capítulo 3 ‘O mundo correcional.’

preencher vazios demográficos e dedicarem - se à agricultura de subsistência, mas que em grande maioria eram urbanos, que a elite dominante vai querer morigerados e laboriosos, para que se construa uma sociedade civilizada e portanto, uma sociedade do trabalho.

Na construção dessa sociedade, de uma nova ordem social, em Curitiba como em outras localidades a Polícia torna-se a ‘mais importante estratégia de controle’ e os Relatórios Policiais constituem-se em documentos privilegiados para a apreensão das falas/discursos e práticas de controle que articuladas com a medicina e a criminologia nos dão a medida dos conceitos de vadio, mendigo, ébrio e/ou desordeiro e de jogadores como delinquentes/contraventores ou criminosos em potencial.

Em Curitiba os casos específicos de registros e prisões de vadios e mendigos são bem menores que o alarde do discurso policial faz crer. Tal constatação nos revela a preocupação das autoridades para com a grande causa da criminalidade, isto é, a vadiagem e a mendicância, argumento amparado nas teorias criminológicas da época. Ainda que em Curitiba nos fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, o número de vadios e mendigos fosse menor do que por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro, eles existiam e incomodavam, como registram expressões do discurso policial ou da imprensa curitibana: “...indivíduos desocupados” (1917); “...constristador espetáculo de dezenas de indivíduos [...]expondo as suas desgraças phisicas, estendendo a mão á caridade” (1917); “...pedintes incommodantes” (1911); “...desprotegidos da sorte” (1917, 1923,1924); “...desviados do caminho do bem” (1921); “...são os problemas fundamentaes que o policial tem de encarar de frente para impedir que a sociedade honesta seja esmagada e vencida pelo vício”(1920)³; ou “...os precisados; a verdadeira fotografia da miséria, creatura esfarrapada, anti-hygienica, os cabelos em desordem, com a voz dorida e mão à espera.”⁴

De modo geral, no decorrer de todo o período, sempre houve prisões nessa classificação. O que chama a atenção é que sua proporção não acompanhava a ênfase do discurso (maior nos relatórios do final do século XIX, e a partir de 1916); ao contrário, no ano em que mais prisões foram registradas nesta rubrica (1908) , não há qualquer comentário das autoridades acerca dos vadios ou do aumento das prisões de contraventores, caracterizando-se o caráter ideológico dessas prisões.

No discurso policial a vadiagem era, na verdade, ligada à *ausência de ocupação honesta e proveitosa*, ausência de família e de domicílio, mas principalmente, à ociosidade,

³ Os números entre parênteses referem-se aos anos dos relatórios policiais.

⁴ GAZETA DO POVO. Curitiba, 30 abr. 1930.

pecado infinitamente mortal, numa sociedade dedicada ao trabalho, como também uma das principais causas contra a segurança da vida e da propriedade.

Avultado é o número de indivíduos que sem ocupação honesta e proveitosa, sem família e domicílio, entregam-se a vagabundagem e ociosidade, importantes factores nas causas dos crimes contra a segurança individual, contra a propriedade e contra a liberdade pública.⁵

O pensamento liberal, que norteava a elite dirigente em sua crença no progresso e na ciência, não podia admitir a existência de pessoas que vivessem sem se dedicar ao trabalho. Permitia-se, sim, outro tipo de *ocioso*, aquele que possuía *família* e que dos bens desta auferia sua sobrevivência, mas ao pobre, não: este deveria dedicar-se a alguma ocupação honesta e não viver como peso para a sociedade.

Nesse ponto, vadiagem confundia-se, muitas vezes, com mendicância, também condenada pela sociedade, e cuja prática era passível de punição, prevista no Código Penal.

Desde 1890, com o Decreto nº 847, de 11 de outubro, que instituiu o Código Penal de 1890, a mendicância e vadiagem tornam-se contravenções, e seus agentes, mendigos e vadios, contraventores. Ainda que a explicitação da idéia de contravenção e/ou contraventor apareça no primeiro Código Penal Republicano, já se encontrava disposta nas Leis Criminaes do Império. (Art. 295 e 296). Assim, vadios e mendigos considerados ‘dentro da lei’, pois incluídos no Código de 1830, têm com a República sua *visibilidade* ampliada. De dois artigos no Império passam a figurar em dois capítulos específicos, nº XII e XIII. Mendigos ficavam sujeitos a cinco artigos e vadios eram enquadrados em três artigos:

Referiam-se aos mendigos :

Art. 391. Mendigar, tendo saúde e aptidão para trabalhar: Pena – de prisão celular por oito a trinta dias.

Art. 392. Mendigar, sendo inhabil para trabalhar, nos lugares onde existem hospícios e asylos para mendigos : Pena – de prisão celular por cinco a quinze dias.

Art. 393. Mendigar fingindo enfermidade, simulando motivo para armar á commiserção, ou usando de modo ameaçador e vexatório : Pena – de prisão com trabalho por um a douz mezes.

Art. 394. Mendigar aos bandos ou em ajuntamento, não sendo pae ou mãe e seus filhos impuberes, marido e mulher, cego ou aleijado e seu conductor : Pena – de prisão celular por um a trez mezes

Art. 395. Permitir que uma pessoa menor de 14 annos sujeita a seu poder, ou confiada à sua guarda e vigilância, ande a mendigar, tire, ou não, lucro para si ou para outrem : Pena – de prisão celular por um a trez mezes.

Quanto aos vadios :

⁵ PARANÁ. Relatório do Chefe de Polícia, 1894. p. 6.

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistência e domicílio certo em que habite; prover á subsistência por meio de ocupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva a moral e aos bons costumes. Pena de prisão celllular por quinze a trinta dias.

Parag. 1. Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de quinze dias, contados do cumprimento da pena.

Parag. 2. Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinaes industriaes, onde poderão ser conservados até a idade de 21 annos.

Art. 400. Si o termo fôr quebrado, o que importará reincidência, o infractor será recolhido, por um a tres annos, às colonias penaes, que se fundarem em ilhas marítimas, ou nas fronteiras do território nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presídios militares existentes.

Paragrapho. Único. Si o infractor fôr estrangeiro será deportado.

Art. 401. A pena imposta aos infractores, a que se referem os artigos precedentes, ficara extincta se o condenado provar superveniente aquisição de renda bastante para sua subsistência, e suspensa, si apresentar fiador idoneo que por elle se obrigue.

Paragrapho único. A sentença que, a requerimento do fiador, julgar quebrada a fiança tornará effectiva a condenação suspensa por virtude della.

A preocupação com vadiagem/mendicância, expressa nos Relatórios oficiais, ou na imprensa, prendia-se ao fato de que, mais do que um comportamento individual (como a embriagues ou mesmo a desordem), potencializador de delitos, era um modo de ser delinqüente que investia contra a ‘lei suprema do trabalho’, e mais do que a existência de um grande número de vadios perambulando pela cidade, a preocupação da elite dirigente, numa cidade que ‘caminhava resoluta em direção ao progresso’, era a renúncia ao trabalho, a ociosidade.

Vadios seriam portanto e principalmente, ‘aqueles que se recusam ao trabalho: vagabundos, mendigos, inválidos, jogadores, caftens, meretrizes, etc’, como se evidencia na colocação do chefe de polícia, Benedito Carrão: “...Como nesta capital, em todo Estado se encontra indivíduos que, tendo pronunciada negação para o trabalho productivo, occupão-se na exploração de meios criminosos, que lhes garante o necessário para sua subsistência”.⁶

Era preciso, então que se fizesse alguma coisa para evitar esse mal, e dentre os meios corretivos estavam as prisões, dado que a determinação do Código – a assinatura de termos de bem viver – não trazia resultados satisfatórios, e era objeto de reclamação das autoridades.

Assim, o controle social dos vadios era feito através de prisões correcionais e, eventualmente, de processos, o que denota uma preocupação mais em nível ideológico a respeito da vadiagem do que empenho das autoridades em processar os implicados.

⁶ Id.

Nos dados estatísticos conseguidos para o período, é possível a constatação de que a rubrica vadiagem atinge um percentual de 6,2% dentre as principais contravenções, superada enormemente pelas rubricas embriaguez e desordens e, inclusive, pela indefinida rubrica ‘averiguações’, que atinge 6,8% sobre o total das prisões correcionais.

Em dados brutos, no período entre 1894 – 1920 foram efetuadas, na capital, 572 prisões sob a rubrica vadiagem ou vagabundagem, e 776 prisões para averiguações. Quanto aos Processos encontramos para o mesmo período apenas 8, arquivados ou inconclusos na rubrica vadiagem e 4 processos sobre mendicância cujos indiciados foram condenados, 1 a 19 dias de prisão, e 3 a 22 dias e 4 horas de prisão.⁷

Diante da deficiência da legislação criminal nas medidas de repressão, incumbia-se então à Polícia, a tarefa de aplicar os meios de chamar os vadios ao trabalho regular, encaminhando-os, convenientemente, de modo a se tornarem úteis à sociedade. Mas, para cumprir essa tarefa, esbarravam as autoridades policiais em algumas dificuldades: as precárias condições do aparelho policial, com falta regular de policiamento, devido à limitação do corpo policial e com registros ineficientes e, principalmente, devido à falta de estabelecimentos disciplinares onde pudessem ser corrigidos os infratores.

Outro problema: a necessidade de distinguir o pobre desempregado do vagabundo e do mendigo. A solução encontrada foi a adoção de medidas de controle direto, ou seja, os mendigos deveriam munir-se de atestados fornecidos pelo Médico Legista, que lhes comprovasse a impossibilidade de trabalho, e também de uma licença fornecida pela polícia para mendigar.

Era essa, pois, uma maneira de exercer vigilância direta sobre o contingente que vivia da caridade alheia: “...O Sr. Dr. Chefe de Polícia expediu hoje, ordens no sentido de serem apresentados todos os mendigos que forem encontrados nas ruas ou que não estejam munidos do respectivo atestado do médico legista, Dr. Victor do Amaral”.⁸

A vigilância direta foi a forma pela qual, na impossibilidade de se eliminar esses e outros problemas, como por exemplo, a prostituição, a polícia se voltou no sentido de controlar a população.

Mas a questão não era tão fácil de resolver. Apesar desse controle, através de certificados, a imprensa tornava-se porta-voz dos reclamos de trabalhadores pobres, que

⁷ PARANA. Relatórios Delegados de Polícia e Maços Processos Crime – Cartório da 1 Vara Criminal, T.J. Pr.

⁸ DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 10 fev. 1900.

argumentavam sua honestidade, e acusavam terem sido presos como vadios, como também foi porta-voz da reclamação contra a proliferação da mendicidade nas ruas da cidade.

A mendicidade que desde muito tempo infesta esta cidade estava já exigindo que sobre ella cahisse o olhar da polícia. Não há por ahi quem ignore que a mendicidade compoem-se de trez cathogorias distintas; a dos valetudinários, a dos velhos e moços, inhibidos de trabalhar por effeitos naturais e a mendicidade dos profissionais.

Esta capital pode-se dizer ainda não consta propriamente a mendicidade das duas primeiras cathogorias, Se a considerarmos em relação a terceira que infesta as nossas ruas.

O mendigo profissional, eis o que nos atormenta. Compoem-se esta categoria de mulheres que andam pelas ruas com filhinhos nos braços proclamando misérias para inspirar a caridade publica.

E não só dessas mulheres, mas de moças, rapagões e crianças que affectando desgraças param diante de cada porta ou janela a pedir a esmola quotidiana.

A abundancia é tal principalmente nos sabbados que já estava solicitando as vistas da polícia.

Foi o que succedeu:

Ordenou o Sr Chefe de Polícia que fossem levados até a Repartição Central todos os mendigos e ahi syndicando das desgraças de cada um, esta concedeu aos incapazes de ganhar a subsistência, licença para valerem-se da caridade publica. Quanto aos vagabundos, a policia vai proceder de modo a que tomem melhor meio de vida. É uma boa providência.⁹

A repressão à mendicidade esbarrava também na inexistência de asilos e albergues onde pudessem ser alojados esses contraventores, aperfeiçoando o controle social.

A solução, parece, tinha seu encaminhamento concreto com a inauguração do Hospício Nossa Senhora da Luz, onde existiria uma ala destinada ao recolhimento dos indigentes. Assim a cidade se veria livre dessa presença, incômoda e desagradável, de alienados e mendigos perambulando pela cidade.

A crença na solução era tal, que o próprio Chefe de Polícia mandou suspender o fornecimento de licenças para mendigar, pois *estes infelizes* teriam *enfim um teto protetor contra o frio e a fome*

Enfim, alienados e mendigos ficariam em local apropriado e não mais seriam alojados em lugares impróprios, ‘sem os requisitos científicos’, até ‘como presos correccionais’. Eram as palavras da imprensa curitibana a respeito do *vasto templo da caridade*, instituição que honrava o Paraná. As doações aos mendigos, conclamava-se, inclusive os órgãos de imprensa, a fazê-las diretamente ao Asilo.

⁹ DIARIO DA TARDE. Curitiba, 10 abr. 1899.

Mas a instituição não conseguiu dar solução aos problemas. Passados alguns meses, o procurador do Asilo justificava o não cumprimento efetivo das suas funções por causa das dificuldades financeiras. Loucos e mendigos continuavam a perambular pelas ruas!

Os mapas de prisões de 1904 a 1908, acusam o recolhimento à cadeia de 145 alienados, e 167 vadios, sendo que dentre esses últimos, contam-se inúmeros indivíduos presos por mendigarem sem a referida licença, conforme informes dos jornais.

As autoridades demonstravam em seus Relatórios a preocupação em se criar instituições que atendessem não só às reivindicações da população como também que lhes permitissem exercer, com maior rigor, controle sobre a população vadia. Como prender todos os mendigos e limpar a cidade, se no Asilo não havia lugar para todos? Deveria o Estado, a bem da civilização e da salvaguarda da vida e propriedade de seus cidadãos, assumir a responsabilidade das reformas necessárias (dentre elas a construção de um hospital), e atender os reclames da população.

O Estado subvencionava o Asilo, cuja preferência deveria recair sobre os doentes, os realmente inválidos. Era pelo menos o que pensava o Promotor Público.

Este estabelecimento (...) está actualmente com 218 alienados e 68 mendigos. É lastimável que o asylo Necessitando, como necessita, de maior espaço, visto ser apenas trez compartimentos, servindo cada um Para 50 pessoas, de forma a só receber 150 alienados, contendo entretanto 218 devido a boa vontade das Dignas dirigentes e aos preciosos sentimentos altruisticos do illustre clínico Dr. Rodolpho Pereira Lemos, seja transformado em asylo de mendigos e até reclusão de vagabundos que lá vivem em promiscuidade com os doentes.¹⁰

Da queixa da autoridade judiciária transparecia a falta de capacidade do Estado de cuidar devidamente dos interesses da população mascarando-a com a transformação do Asilo de Alienados em albergue para mendigos e vadios. Como a subvenção estadual era insuficiente para a manutenção da instituição de caridade, dava-se à sociedade civil a responsabilidade de auxiliar a ação policial, ante a ausência do Estado, em constituir instrumentos mais eficientes de controle social

Apelo à caridade pública : atendendo às exigencias da polícia, o asylo Nossa Senhora da Luz está recolhendo em suas dependencias os mendigos, e como os senhores comerciantes não precisam ter preocupações dos mesmos em suas portas, solicita – lhes contribuam para com o asylo.¹¹

¹⁰ PARANÁ. Relatório do Promotor Público, Eneas Marques dos Santos, 1911. p. 5.

¹¹ DIARIO DA TARDE. Curitiba, 15 maio 1911.

A ação policial contra a vadiagem e a mendicância, e o apelo à caridade pública ocultavam, na verdade, as contradições vividas numa sociedade, que se queria liberal e descentralizada mas que, ao mesmo tempo, reivindicava uma ação eficiente do Estado no combate a seus males, objetivando a garantia de seus privilégios. Ou seja: o trabalhador pobre, que antes ficava oculto sob a tutela do senhor, na emergência do trabalho livre, e principalmente urbano, tornava-se visível, mas desagradável aos olhos de uma elite que se pretendia civilizada.

Tornavam-se, então, necessárias ações eficientes, mesmo que não muito democráticas, como o fato de vigiar e controlar a população, ainda mais que experiências radicais de centros maiores, como Rio de Janeiro e, principalmente, São Paulo, atingiriam diretamente Curitiba.

Por ações eficientes, entenda-se a prática de deportar para centros menores os indivíduos indesejáveis, como o fez o Delegado Moreira Garcez, que a adotou para Curitiba, sob o argumento de limpar a cidade de maus elementos, e principalmente, regenerá-los no trabalho nos campos, enviando para a zona agrícola do estado, indivíduos desocupados.

A imprensa aplaudia a iniciativa. A cidade ficaria livre de elementos perniciosos, causadores dos sobressaltos da população e de constantes tumultos e, ao mesmo tempo, medida tão drástica tinha seu lado civilizado, pois a expulsão de elementos perniciosos, não apenas limpava a cidade e livraria a sociedade de sua presença incômoda, mas também e principalmente, faria a regeneração dos desviados através do trabalho sadio e proveitoso a eles e à sociedade.

O manto justificatório da regeneração amparava a prática da exclusão dos elementos não enquadrados na sociedade e ao trabalho. Retomando hábitos proveitosos, transformar-se iam em cidadãos úteis, reavendo a cidadania.

Esta meritória medida, no entanto e na prática, funcionou mesmo como medida paliativa e de limpeza do espaço urbano, pois a educação pelo trabalho no interior, não chegou a bom termo por causa de meios eficazes de controle sobre os deportados.

Além da deportação, o Chefe de Polícia Interino adotou outras medidas de repressão à vadiagem, especificamente para os que ficaram na cidade, restringindo o número - ‘então considerável’ - de vendedores ambulantes de bilhetes de loteria, e permitindo esse comércio somente ‘aos indivíduos reconhecidamente inválidos’, de acordo com o respectivo atestado.

Tal medida trouxe, segundo ele, duplo efeito pois :

Contribuiu para arrear os homens válidos que se davam a esse comércio indo exercer a sua atividade em outro mister mais útil à sociedade, e, ao mesmo tempo concorreu para diminuir o número de mendigos, pois alguns destes, encontraram na venda de bilhetes lotéricos, um bom recurso para manter a subsistência, em vista da menor concorrência, sendo-lhes poupado o sacrifício da mendicância.¹²

Desse otimismo não compartilhava, no entanto, o titular da Chefia de Polícia ao reassumir seu posto. Seu Relatório era marcado, por veladas críticas, reafirmadas necessidades e recomendações precisas. O principal argumento era o desaparecimento da Polícia em relação aos meios eficazes de repressão.

Como reprimir a vagabundagem, se o Estado não dispõe de uma colônia correcional, onde os vagabundos possam produzir e adquirir hábitos de trabalho? Processa-los para que cumpram a pena em um Posto Policial, seria reconduzi-los a maior inércia e degradação e onerar inutilmente os cofres do Estado.¹³

O mesmo se aplicava à mendicidade:

Dispondo nosso Código Penal que a mendicidade dos indivíduos inháveis para o trabalho só é punível nos lugares onde existam hospícios e asylos para mendigos, e não havendo neste estado nenhum estabelecimento desse gênero, segue-se que a mendicidade dos inválidos não pode ser reprimida.¹⁴

As soluções paliativas passavam por encaminhar os desocupados aos centros agrícolas e para as turmas de construções de estradas-de-ferro, no Norte do Estado, e por submeter a exame médico os mendigos, para distinguir os aptos ao trabalho dos inválidos, e permitir somente aos últimos exercer a mendicância.

Portanto, sem colônias correccionais e sem asilos, ficava difícil à Polícia exercer “...uma enérgica ação repressora, e impedir o contristador espetáculo de dezenas de indivíduos vagarem continuamente pela cidade”.¹⁵

A solução parece bastante clara ao iminente cidadão : “ é preciso que, quanto antes, cuide o Estado deste assumpto, que é de capital importância social, procurando dar-lhe solução radical”, e propõe:

Para isso faz-se mister, por parte do Estado, a criação da Colonia Correcional, e, por Iniciativa particular, a instituição: 1º *de estação de alimentação, onde fornece-se alimentação em troco de trabalho, a trabalhadores errantes e assim habilitam-se aos que procuram trabalho, seguir viagem*; 2º

¹² PARANÁ. Relatório do Delegado Auxiliar. p. 35.

¹³ Id.

¹⁴ PARANÁ. Relatório Chefe de Polícia, 1917. p. 18.

¹⁵ Id.

*colonias de trabalhadores, destinadas à recepção de pessoas aptas para o trabalho, mas provisoriamente desocupadas; 3º escriptórios para indicação de trabalhos.*¹⁶

E quanto á mendicidade ; “... seria de grande benemerência a criação de uma assistencia aos mendigos, o que poderia ser instituído pela IRMANDADE DE MISERICORDIA, com uma subvenção do Estado.”¹⁷

Apesar das soluções propostas, a questão da vadiagem e mendicância continuou na prática, ocupando espaço nas preocupações e relatos das autoridades policiais, culminando com o maior cuidado das autoridades em não apenas prender correccionalmente, mas iniciar realmente processos por vadiagem e outras contravenções, como embriagues e desordem, procurando, assim, aplicar os dispositivos legais de punição.

Em 1926, foi construída pelo Estado sua primeira instituição assistencial, visando exclusivamente o tratamento de indigentes: o Asylo de São Vicente de Paulo. Regozijos do Chefe de Polícia, o Asilo era anunciado como a solução final (e, portanto, definitiva) para o problema da mendicância. E quase conjuntamente à criação do Asilo era também criada a Delegacia de Polícia de Costumes.

O problema da mendicidade teve solução final no Estado com a inauguração em 30 de outubro próximo passado do Asylo de São Vicente de Paulo.

Grande passo já havia dado nesse sentido a Sociedade de Socorro aos Necessitados que enfrentou o problema com energia e segurança e prestou à Sociedade Curytibana , com auxílio da Polícia, entre outros benefícios o de haver separado os falsos indigentes dos verdadeiros e abolir a mendicanciamnas ruas.

No Asylo de São Vicente de Paulo, o movimento de indigentes foi este :

Entraram -----	30
Sahiram -----	4
Existem -----	26

A fundação desse Asylo é um título a mais de benemerencia do Governo do Excelentíssimo Sr. Dr Munhoz da Rocha.¹⁸

Enfim o ‘problema’ parecia estar solucionado: uma cidade aparentemente sem mendigos, a construção da instituição idealizada e por muito tempo reivindicada, e ainda, a criação de uma polícia encarregada de corrigir os maus costumes atentatórios à ordem.

¹⁶ Id.

¹⁷ Id.

¹⁸ PARANÁ. Relatório do Chefe de Polícia, 1926.

“...Felizmente, entre nós, o problema de assistência social se acha perfeitamente organizado. O governo desde há muito tem dispensado a essas classes de pessoas cuidadosa atenção.”¹⁹

Em 1933, passados, portanto apenas sete anos do otimista Relatório do Chefe de Polícia Dr. Clotário Portugal (1926), o então autoridade policial, Ten. Cel. Silvio Van Erven, sugeria em seu relatório ao Secretário de Interior, Justiça e Instrução Pública, a criação de uma Colônia Correccional “... para solucionar vários problemas assaz de magno interesse”, dentre estes: a falsa mendicidade e a vadiagem. Sugeriu ainda que essa Colônia Correccional fosse fundada “... em uma das salubres ilhas de Paranaguá ou Guaratuba.”

O contentamento gerado pela criação do Asilo São Vicente de Paulo pareceu ter sido efêmero. A ociosidade continuava. Ainda que observado, classificado, medicalizado, noticiado, policiado ou ocultado, o não - trabalho insistia.

Juntamente com a vadiagem e a mendicidade, a embriagues, a desordem, os levantes freqüentes e perigosos, o jogo, como também o lenocínio e a prostituição, a infância desprotegida e abandonada, constituíam-se “... problemas fundamentais que o policial tinha de encarar de frente.”²⁰ Ou seja, o cuidado e a atenção aos ‘comportamentos que alterassem a ordem social.’

Dentre os ‘comportamentos contravencionais’ a maior porcentagem de prisões encontram-se nas rubricas embriagues e desordem.

O Código Penal, em seus artigos 396 e 398, prescrevia penas de prisão celular, de 15 a 30 dias, aos indivíduos que se embriagavam por hábito ou se apresentavam em público em estado de embriagues manifesta, ou ainda a “quem fornecer a alguém, em lugar freqüentado pelo público, bebidas com o fim de embriagá-lo, ou de aumentar-lhe a embriagues”. As penas a essa última infração aumentavam para dois a quatro meses, se fosse praticada com alguma pessoa menor ou anormal por fraqueza ou alteração de inteligência. Estabelecia, ainda, prisão de um a quatro meses e multa de 50\$000 a 100\$000, caso o infrator fosse dono de casa de venda de bebidas ou substâncias inebriantes.²¹

Apesar das determinações, as prisões contra essas contravenções se faziam, via de regra, correcionalmente, ou seja, prisão por 24 horas ou, no máximo, por 48 horas, e raras vezes foram registrados processos nestas rubricas e mais raras ainda foram as condenações. Localizamos para o período em estudo nove processos e, destes, apenas três condenações.

¹⁹ PARANÁ. Relatório Chefe de Polícia, 1928.

²⁰ PARANÁ. Relatório Delegado Antenor Coelho, 1920. p. 21.

²¹ Estes artigos foram revogados e substituídos pela lei n. 4294, de 06 de julho de 1921.

Nos Relatórios oficiais, no entanto, a embriagues é tida como uma das principais causas de alteração da ordem pública. Não o ato de embriagar-se em si, mas ligado a outros males, como o uso de armas, o jogo, os bailes, onde os indivíduos, sob o efeito do álcool, perdem a razão e são levados à perpetuação de crimes.

Apesar das dúvidas que as opções classificatórias possam suscitar, no início do período analisado, os próprios agentes repressores ao registrar as prisões, não faziam muita distinção entre as duas classificações - embriagues e desordem. A partir de 1908 a rubrica desordem ganha contornos mais definidos, ou seja, indivíduos que estivessem praticando atos contrários à ordem, mas não influenciados pelos efeitos do álcool. Embriagues restringia-se aos indivíduos encontrados perambulando pelas ruas visivelmente embriagados, ou dormindo sob efeitos etílicos, nos bancos das praças ou caídos nas sarjetas e, sob o rótulo de ébrio e desordeiro, os indivíduos que, sob efeitos inebriantes, provocassem alterações nas ruas, bares, bailes ou perturbassem ‘o sossego alheio.’

Apesar da preocupação policial com relação ao álcool, os meios de repressão de que se utilizavam as autoridades não eram eficazes, pois dentre as causas e origens de desordens inúmeras e contínuas estavam o “...alcoolismo pela prática de detenção temporária actualmente em uso, porquanto, o alcoólatra apenas sahido do xadrez volta novamente a beberice para reencetar o círculo vicioso da nova entrada e nova sahida.”²²

Na busca de soluções o diretor da penitenciária da cidade argumentava:

Uma limitação e pezada tributação sobre o fabrico e consumo de bebidas alcoolicas, por exemplo, seria uma medida prophylactica digna dos maiores encomios, pois viria contribuir grandemente para a baixa de nossa estatística criminal, sabida a influencia desastrosa que ellas exercem e que o seu uso e abuso é uma das causas mais conhecidas e frequentes do crime.²³

Mais prático, o chefe de polícia propôs (1920) aos delegados que instaurassem realmente processos contra os contraventores, acentuando a repressão contra o alcoolismo. A medida foi posta em prática, mas dos seis inquéritos instaurados naquele ano, apenas um contraventor foi condenado a 22 dias e 12 horas de prisão.

Alarmado com a situação e com o fato de, no seu distrito, mais de 50% das prisões correcionais terem ocorrido motivadas pelo uso do álcool, o delegado do 1º Distrito reclamava da pena insignificante prescrita pelo Código Penal, e lembrando os resultados

²² PARANÁ. Relatório Chefe de Polícia, 1917. p . 359.

²³ PARANÁ. Relatório Diretor da Penitenciária do Estado, 1916. p . 237.

proveitosos e aplausos dos povos cultos à Lei de Proibição americana, que havia ‘proporcionado o decréscimo das infrações penaes’, além da propaganda antialcoólica encetada naquele país, propunha que em Curitiba fossem aplicados os meios propostos por estudiosos da questão:

Além da proibição absoluta; taxa elevada das vendas e bordéis onde vendam o álcool, ensino antialcoólico, tratamento do alcoolismo pela educação da vontade, desenvolvimento das sociedades de temperança, restrições e revogação nos casos necessários, das licenças para vendas de bebidas alcóolicas e muitos outros.²⁴

No ano seguinte a lei penal foi modificada, mas o problema continuava a existir em Curitiba, e no final do período nota-se uma ligeira ascensão do percentual das prisões motivadas por embriagues.

Quanto às desordens, ao conceituar as contravenções o Código Penal (1895) se referia apenas no artigo 402 e parágrafo “...fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecido pela denominação *capoeiragem*; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumulto ou desordens.” Era considerada circunstância agravante “pertencer o capoeira a alguma banda ou malta”.

Para Curitiba, encontramos na imprensa apenas uma referência a ‘capoeiras’ com a conotação de desordem, e não consta que os indivíduos tenham sido presos. Uma ou outra referência a essa categoria apareceu no decorrer do período, sem contudo ter significado de prisão.

Como já afirmamos anteriormente, até determinado momento dos registros policiais, melhor dizendo, até o início da modernização da polícia ocorrida a partir de 1912, os comportamentos se confundiam na especificação das rubricas, sendo considerado como desordem desde rixas e altercações em bares ou outros locais públicos, até jogar pedras em vidraças, mexer com transeuntes, ou fazer serenatas.

Essa indefinição demonstra que até esse momento, a polícia estava mais preocupada com a manutenção de um padrão básico de ordem urbana efetuando um controle severo sobre os comportamentos considerados desviantes desse padrão.

Para um segundo momento de análise, as rubricas classificatórias aparecem mais definidas. A embriagues e a sua junção à desordem, continuavam a ser reprimidas sob a

²⁴ PARANÁ. Relatório Delegado Antenor Coelho, 1920, p. 24.

fachada de prevenir a prática de crimes, mascarando o efetivo controle dos comportamentos inaceitáveis em público. Já a rubrica desordem adquiriu, pelo menos num determinado momento, uma redefinição de comportamento desviante, como uma subversão da ordem pública.

O período de 1912 a 1916 marcou a remodelação da cidade, e com ela a reação de algumas camadas da população contra imposições da prefeitura ou da Repartição de Higiene. No período de 1916 a 1920, Curitiba assistiu a greves operárias e reações de tom nacionalista quando do torpedeamento do vapor Paraná pelas forças alemãs, e grande parte das prisões ocorridas durante os episódios obedeceram à rubrica desordem.

A análise dos percentuais de prisões na referida rubrica, comparados às informações dos dados conjunturais, nos levam a concordar com Ligia Silva, quando afirma que:

Classificando alguns desses comportamentos (desde a recusa do trabalho até uma reputação de uma determinada ordem social) de desordens, o que as classes dominantes fazem (através de seus organismos repressivos e de controle social) é difundir uma visão bastante hipócrita da sociedade, fingindo não enxergar motivos para desajustes sociais e classificando todos os episódios como desajustes sociais passageiros.²⁵

Vejamos com maiores detalhes, como o delegado auxiliar Bernardo Moreira Garcez viu o movimento grevista de 1917, ano utilizado como exemplo: “...foram dias e noites de vigílias, aguardando os acontecimentos e providenciando sobre as medidas resolvidas; uma phase em que todos nós estávamos sob a ameaça dos innumerados grevistas e a população urbana e suburbana tomada de verdadeiro terror”.²⁶

Segue fazendo considerações sobre os direitos das classes proletárias em fazer movimentos paredistas para reivindicar seus direitos quando se julgasse prejudicada, e que isto “produz impressão de *sympatia* a *collectividade*”, quando a atitude dos grevistas se mantém no limite de paralisação do trabalho, dentro das normas de respeito às leis e aos direitos alheios. Mas, segundo ele, não foi o que houve em Curitiba.

²⁵ SILVA, L. Comentários a Controle social e criminalidade em São Paulo: um apanhado geral (1890-1920) de Boris Fausto, in : PINHEIRO, P. S. (org). **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 212.

²⁶ PARANÁ. Relatório delegado de Polícia Bernardo Moreira Garcez, 1917. p. 32-33.

O que houve nesta Capital, não foi, entretanto, esse gesto de repulsa colectiva de uma classe, contra seus opressores, e sim, uma manifestação de idéias anarquistas francamente proclamadas por indivíduos adeptos, que procuraram explorar as classes operárias, arrastando-as aos meetings, onde a palavra dos ardorosos defensores dos princípios, era ouvida com verdadeira surpresa por aqueles espíritos acanhados, afeitos tão somente ao seu metier, nas fábricas e oficinas.²⁷

Continuou seu relato comentando as deliberações tomadas em praça pública onde Prevalecia, “como soe acontecer nas multidões não a vontade colectiva”, mas a vontade dos mais fortes ou que melhor soubessem se impor. Os operários aderiram “por espírito de imitação” ou “receio de desgostarem a maioria”. Adveio a paralisação completa “agravada pela prática de violências à propriedade privada e ameaças à segurança individual”. O chefe de polícia que, de início, estava como mediador da questão, diante da “feição de desordem” assumida pela greve, tomou medidas drásticas, dentre elas a “captura dos agitadores, que dirigiam o movimento”. Foram presos Octávio Prado, “o principal responsável” e mais “dous conhecidos companheiros”. A seguir foram presos também “outros mais exaltados”.

E prossegue o Sr. Delegado em seu relato :

Muitas outras detenções pessoais foram realizadas nas restantes horas desse dia e da noite seguinte, acabando desta forma com a prepotência dos grevistas (...) tento todos se entregue à prisão sem a menor resistência.

Com o emprego dessas medidas e de outras foi extinta a agitação provocada por maos elementos sociaes, disfarçados em greve operária, tendo a cidade voltado à sua vida ordinária.²⁸

A idéia de que o movimento foi uma agitação provocada por maus elementos sociais, disfarçada em greve operária, não era exclusiva do Sr delegado auxiliar. Ela era respaldada por quase todos os empresários da cidade, que declaravam que seus empregados não estavam em greve, e tinham sido dispensados do trabalho para evitar conflitos, como também não tinham exigências a fazer. Era também respaldada pela imprensa, principalmente pelo jornal A República que enfatizava a “falta de ordem nas idéias que presidiam o movimento” e o “**tal** estado de desordem a que chegou o movimento operário em nosso meio. Já o Diário da Tarde discordava da versão de não existência de greve, mas propunha diálogo entre as diversas categorias de trabalhadores, representadas por comissões, para que se tirasse a greve das ruas “corporalizada nessa massa que percorria as ruas e já cometia até depredações”.

²⁷ Id.

²⁸ Id.

Ou seja, autoridades, classes dirigentes e parte da imprensa concluíam pela inexistência de greve, reforçando a idéia de desordem provocada por agitadores de ‘orientação subversiva’, tomando ‘feição sediciosa.’

Com tal suporte a polícia passa, então a prender os agitadores e principalmente os líderes dos operários. Alguns deles, como o já citado Octávio Prado, foram enviados à prisão da Força Pública e desapareceram do cenário curitibano (talvez extraditados).

Outros considerados menos perigosos, mas compondo as lideranças, foram presos correcionalmente e identificados no Gabinete de Identificação e Estatística como desordeiros, de acordo com o mapa daquele Gabinete para o 3º trimestre de 1917. Neste mapa, 42% das identificações estão na rubrica desordem, e foram realizadas nos dias 21; 24 e 25 de julho, ou seja, nos dias de maior agitação do movimento grevista. Dentre os identificados nesta categoria estavam Reynaldo Parodi e Amaro Santa Ritta, dois líderes operários, sendo que o segundo deles chegou a integrar a Comissão Operária que tratava dos assuntos da greve.

Preso no dia 25 de julho, Santa Ritta foi identificado como desordeiro e, como no momento estivesse desempregado, recebeu por parte da imprensa a pecha de desocupado.

Amaro Santa Ritta, ex-empregado da Estrada de Ferro, há muito que anda desocupado, isto é ‘trabalhando no desvio’. Estourando o movimento grevista, Amaro julgou-lhe ser conveniente tomar parte ativa sobre o operariado e nesse propósito aliou-se aos cabecilhas, com os quais andou explorando os verdadeiros homens prejudicados no trabalho.²⁹

Confirma-se assim, a ocultação que as classes dominantes faziam, através do discurso, das contradições porque passava a sociedade. No entanto, omitir os desajustes sociais não significava resolvê-los, e se alguns eram tratados como passageiros, outros se apresentavam como crônicos e de difícil solução, necessitando a aplicação constante de remédios, os mais eficazes que se apresentassem, dada a qualidade do ‘morbo social’ que lhes era atribuída.

Nesta categoria enquadrava-se a prática do jogo que diferentemente de outras contravenções, cuja repressão atingia basicamente as classes populares ou elementos subversivos, envolvia todas as classes sociais, ainda que seu combate atingisse preferencialmente as classes trabalhadoras.

²⁹ DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 26 jul. 1917.

O jogo era visto como ‘habito detestável’, ‘negócio escandaloso’, uma espécie de vadiagem que degenerava a sociedade e perdia o indivíduo para o trabalho. E o pior nessa doença social era que atacava indistintamente tanto as camadas inferiores como a alta sociedade, esta que deveria dar àquela o exemplo de boa moral e bons costumes.

Mesmo atacando toda a sociedade, a ação policial se fez preferencialmente contra as modalidades de jogos mais populares, dentre eles o jogo do bicho, e no combate às casas de tavolagem. Esporadicamente visitava os clubes elegantes na busca de indícios comprometedores.

Embora o Código Penal (1890) prescrevesse como contravenção todos os jogos de azar, e alguma repressão se tenha feito a jogos diversos e casas de tavolagem, o grande visado, e motivo de contenda entre imprensa e polícia, foi o jogo do bicho.

A terrível praga do jogo do bicho, que jamais extinguiu-se na Capital, apesar de estar fora da lei, de novo assume as gigantescas proporções, invadindo sorrateiramente e criminosamente todas as camadas sociais. (...) aqui vemos o vergonhoso mal adquirir o maior incremento com enorme sacrifício para as classes pobres da sociedade.

É preciso de uma vez por todas dar um golpe de morte (...). A Ação da justiça deve cair inexoravelmente sobre os exploradores da miséria do povo (...) que não consideram os meios desde que consigam realizar seus instintos de riqueza.³⁰

O Diário da Tarde periodicamente retornava ao “malfadado assunto”, cobrando da polícia uma ação enérgica contra a “jogatina desenfreada”, antes que Curitiba retornasse aos “tempos nefastos em que o jogo do bicho resumia em si a maior preocupação da população curitibana”, e propunha guerra ao jogo. A polícia reagia às críticas efetuando cruzadas de combate, efetuando prisões e promovendo cerco a diversas casas suspeitas de serem de tavolagem, e apreendendo material de jogo.

Mas apesar do alarde da imprensa e das cruzadas policiais continuavam operando os ‘negociantes de bichos’, como também jogava-se nas casas de tavolagem e mesmo nos clubes elegantes.

No entanto se o jogo devia ser perseguido, pois era um meio de perdição, de vadiagem inaceitável numa sociedade de trabalho, a venda de bilhetes constituía, para alguns segmentos mais pobres da população, inclusive menores, a única forma de sobrevivência, e uma

³⁰ DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 29 jan. 1901.

determinada forma de aposta - as brigas de galo - era um dos poucos lazeres dos pobres, moradores nos arrabaldes da cidade.

As brigas de galo, ou rinhas, eram tradicionais e largamente difundidas, havendo já se constituído em associação, o Club Rinhadeiro Curitybano; não se enquadravam no artigo 370 do Código Penal, que prescrevia os jogos de azar, pois, à semelhança das corridas (a pé ou a cavalo), o ganho ou a perda nas apostas não dependia exclusivamente da sorte.

No entanto, considerando esse divertimento “ajuntamento de gente pernicioso” e os rinhadeiros “jogadores de vícios deformadores dos sentimentos bons da população”³¹, um vereador, Romário Martins, apresentou à Câmara, em 1905, projeto que proibia a briga de galo.

Os rinhadeiros protestaram contra a pecha de ‘gente pernicioso’ e contra o elitismo e contra a injustiça do vereador em querer tirar-lhes “o divertimento barato, dos domingos, únicos dias que tem para desabafar da atmosfera mefítica das oficinas, para distraírem das agruras dos trabalhos diários do ganha pão”³² e afinal não estavam cometendo crime.

Argumentavam ainda, que, ao invés de querer ensinar moralidade aos ‘bárbaros’, ‘mal educados’, o representante do povo deveria voltar suas ‘moralizadoras vistas’ ao jogo do bicho, à roleta e a outros que corriam nos clubes. A argumentação dos rinhadeiros com referência aos jogos praticados nos clubes ou pela camada mais alta da sociedade, reaparecia em outros momentos, principalmente como crítica à polícia por sua atuação nos chamados meios elegante, ou ainda, em denúncias de corrupção policial, feitas através de cartas publicadas pela imprensa.

As reclamações quanto a não atuação da polícia na repressão da classe alta estavam mais ligadas ao exemplo que ela deveria dar aos menos favorecidos, afinal ela era o paradigma da civilização e, como tal, deveria ser imitada. Ao entregar-se a hábitos condenados por sua própria moral não teriam como justificar as tentativas de moralizar as classes inferiores. Já bastavam, segundo essas consciências, os jogos de loteria, cuja venda de bilhetes infestava a cidade de desocupados, mendigos e menores que se entregavam a esse mister.

³¹ DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 19 out. 1905.

³² Id.

As loterias eram legais e não se podia impedir a venda de bilhetes. A polícia, ante a impossibilidade legal de erradicar os vendedores ambulantes de bilhetes, tomou uma série de providências para, pelo menos, controlá-los.

Uma das primeiras dessas medidas foi a organização de um registro geral de vendedores de bilhetes. Ou seja, as pessoas deveriam registrar-se como cambistas para receber licenças de vendedor. Assim distinguir-se-ia o trabalhador do desocupado. Outra providência foi a tentativa de impedir que menores exercessem essa atividade, considerada pelo chefe de polícia como exploração. A Câmara dos vereadores vetou projeto nesse sentido, com o intuito de garantir a liberdade de trabalho aos menores de 14 “para mais”.³³ Para a polícia essa era uma atividade “imprópria à idade e compreensão (sic) física dos menores” e conclamava as agências a não fornecer às crianças os tais bilhetes.³⁴

Alguns anos mais tarde, a venda de bilhetes ficou restrita aos inválidos.³⁵

Os anos finais do período pesquisado marcaram nova ‘guerra ao jogo’, encetada pela polícia. Novas ondas de prisões, fechamento de casas de tavolagem, fechamento de agências de loterias disfarçadas para venda de bilhetes de bicho.

As campanhas dividiam as opiniões e resultados positivos eram passageiros. Voltavam seguidamente as autoridades policiais a se referirem a novo surto do vício - o jogo, ao mesmo tempo em que o jogo do bicho se alastrava como planta daninha. A imprensa noticiava conflitos em casas de tavolagem ou motivados por jogo, prisões, fechamento de casas de jogo, etc.

E, afinal, o chefe de polícia admitia :

Quanto à contravenção do jogo são bem conhecidas as dificuldades que se antepõem à ação repressiva da polícia; são inúmeras e poderosas, começando desde a interpretação e praticabilidade das leis agravadas ultimamente pela concessão de licenças para sorteios e loterias, que são meros disfarces ou embustes, redundando todas ellas em verdadeiro e franco jogo, chamado do ‘bicho’.³⁶

Enfim discurso e ação policial, muitas vezes secundados pela imprensa, que por sua vez estava cumprindo seu papel de enfatizar a notícia policial pela qual “... torna aceitável o conjunto dos controles judiciários e policiais que vigiam a sociedade; conta dia a dia uma espécie de batalha interna contra o inimigo sem rosto; nessa guerra constitui o boletim

³³ PARANÁ. Relatório Chefe de Polícia, 1911.

³⁴ DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 13 mai. – 2 dez 1911.

³⁵ PARANÁ. Relatório Delegado de Polícia, 1917.

³⁶ PARANÁ. Relatório Chefe de Polícia, 1920. p. 11.

cotidiano de alarme ou de vitória”³⁷, evidenciam algumas das práticas exercidas para a concretização dos valores oriundos da nova ordem do trabalho.

Nessa ‘batalha interna’ a resistência dos trabalhadores diante do cotidiano difícil imposto por uma sociedade que se afirmava com um caráter urbano - industrial revelou-se de inúmeras formas, em vários níveis, em aspectos múltiplos difícil de ser captada e resgatada. Importa afirmar sua existência lembrando que apesar da intencionalidade das classes dominantes em disciplinar e moralizar o trabalhador pobre, em tentar forjar uma sociedade dita civilizada, uma espécie de resistência, personificada em vadios e mendigos, ébrios, desordeiros, jogadores, e outros estigmatizados, permanecia dentro das fronteiras da sociedade da ordem e do trabalho.

³⁷ FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1977. p .251.

BIBLIOGRAFIA

ARENDT, H. **A condição humana**. S.l.: Forense Universitária, 1981.

BRASIL. Código Penal de 1890. 7. Ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, s.d.

BRESCIANI, M. S. Lógica e dissonância, sociedade e trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária. **Rev. Bras. de História**. São Paulo, v.6, n.11, p.7-44, set. 1985/fev. 1986.

BRETAS, M. L. **Ordem na cidade**: o exercício cotidiano da autoridade no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CHEVALIER, M. **Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris, pendant la première moitié du XIX^e siècle**. Paris: Hachette, 1984.

FAUSTO, B. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo. (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

INGENIEROS, J. **As forças moraes**. Montevideu: s.n., 1928.

KARVAT, E. **A sociedade do trabalho**. Discurso e práticas de controle sobre a mendicância e a vadiagem em Curitiba, 1890-1933. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

PERROT, M. (org.). **L'impossible prison**. Recherches sur le système pénitentiaire au XIX^e siècle. S.l.: Seul, 1980.

PINHEIRO, P. S. (org.). **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

STORCH, R. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. **Rev. Bras. de História**. São Paulo, v. 5, 8/9, p. 1-33, 1984/1985.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: _____. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 267-304.

